LEI COMPLEMENTAR Nº 017, DE 07 DE ABRIL DE 1994

Concede incentivos fiscais para o recolhimento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

O Povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Sem prejuízo do desconto previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 07, de 28 de dezembro de 1991, no § 1º de seu art. 31, fica o Poder Executivo autorizado a conceder, a título de incentivos fiscais, os seguintes descontos no IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano:

1. Para o IPU – Imposto Predial Urbano:

1.1 Conservação: OPÇÃO “A”

- 1.1.1 Meios fios, passeios, gradis e/ou muros de frente, quando em bom estado de conservação: 10% (dez por cento)
 - 1.1.2 Árvores já plantadas e conservadas no passeio: 5% (cinco por cento)
- Total de descontos: 15% (quinze por cento)

1.2 Execução: OPÇÃO “B”

- 1.2.1 meios fios, passeios, gradis e/ou muros de frente, a serem executados até 30 de setembro no ano de 1994: 10% (dez por cento)
 - 1.2.2 árvores a serem plantadas até 30 de setembro do ano de 1994: 5% (cinco por cento)
- Total de descontos: 15% (quinze por cento)

2. Para o ITU – Imposto Territorial Urbano

2.1. Conservação: OPÇÃO “A”

- 2.1.1 meios fios, passeios, gradis e/ou muros de frente, quando em bom estado de conservação, lote limpo: 15% (quinze por cento)
 - 2.1.2 árvores já plantadas e conservadas no passeio: 5%
- Total de descontos: 20% (vinte por cento)

2.2 Execução: OPÇÃO “B”

2.2.1 meios fios, passeios, gradis e/ou muros de frente, a serem executados até 30 de setembro de 1994: 15% (quinze por cento)

2.2.2 árvores a serem plantadas e conservadas no passeio, até 30 de setembro de 1994: 5% (cinco por cento)

Total de descontos: 20% (vinte por cento)

§ 1º os 2 (dois) itens do título “conservação”, tanto no IPU quanto no ITU, prevalecerão para os exercícios seguintes, aumentando 2,5 % (dois e meio por cento) ao ano em cada item, somando o total de 5% (cinco por cento) no ano, o percentual máximo de 40% (quarenta por cento) quem somados aos 10% (dez por cento) de desconto para o pagamento à vista, totalizam 50% (cinquenta por cento)

§ 2º No caso de condomínio, os dois itens, tanto em “conservação” quanto em “execução”, prevalecem para os descontos do condomínio próprio, bem como para cada um dos condôminos.

§ 3º Os itens “execução”, para os fins previstos, serão precedidos de termo de compromisso firmado pelo próprio contribuinte ou seu representante legal.

§ 4º No caso de construção, reforma e meios-fios passeios poderá haver a parceria proprietário/prefeitura, entrando o primeiro com cimento, ladrilho e brita e a Prefeitura com areia e mão-de-obra.

I – quando beneficiado por este artigo, o proprietário se compromete a conservar o objeto do benefício sempre em perfeito estado de conservação;

II – o proprietário, para obter as vantagens previstas neste artigo, deverá requerer no protocolo da Prefeitura e o atendimento será preferencial aos de menor poder aquisitivo;

III – caberá à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas fornecer a mão-de-obra e areia, exclusivamente para o assunto mencionado no parágrafo, sendo a matéria regulamentada por decreto do Executivo.

Art. 2º Quando duas ou mais árvores forem adquiridas e plantadas pelo contribuinte, ele terá direito a um desconto de mais 5% (cinco por cento), no ano seguinte, através de confirmação pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Parágrafo único. Quando no imóvel do contribuinte houver possibilidade para o plantio de apenas uma árvore e ele o fizer, fará jus ao benefício do artigo.

Art. 3º O Poder Executivo baixará decreto regulamentador, dispondo sobre os critérios e forma de aplicação do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 4º Os casos omissos e porventura não previstos nesta Lei serão dirimidos por uma Comissão Especial integrada por elementos indicados por:

- . Chefe do Executivo Municipal;
- . Câmara Municipal de Divinópolis;
- . Associação Comercial e Industrial de Divinópolis;
- . Procuradoria Geral do Município;
- . Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
- . Secretaria Municipal de Fazenda;
- . Secretaria Municipal de Cadastro Técnico;
- . Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Divinópolis, 7 de abril de 1994

Aristides Salgado dos Santos
Prefeito Municipal

PLC EM-001/94

Publicação Jornal Agora, nº 5.259, de 13 de abril de 1994